

CONSERVADORISMO E AUTORIDADE NO LYCEU DE GOYAZ E LYCEU DE GOIÂNIA (1931-1961): UMA ANÁLISE DA CULTURA ESCOLAR NAS ATAS DE CONGREGAÇÃO¹

ANA VITÓRIA BATAGIN DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

FERNANDA BARROS

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Este artigo investiga as manifestações de conservadorismo e autoridade no Lyceu de Goyaz e no Lyceu de Goiânia entre 1931 e 1961, através da análise documental das Atas de Congregação de Professores e do Regulamento do Lyceu de Goyaz de 1926. Fundamentado nos conceitos de cultura escolar de Dominique Julia (2001), o estudo emprega metodologia qualitativa de análise documental para compreender como práticas conservadoras e autoritárias estruturaram a formação de goianos. Os resultados revelam que o Lyceu operava como Instituição de formação de um grupo social, utilizando dispositivos disciplinares rigorosos para manter hierarquias tradicionais e preservar sua reputação. As práticas identificadas incluem censura sistemática, punições e controle comportamental que se estendia além dos muros escolares, configurando um modelo educacional voltado à perpetuação da ordem social vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; História da Educação; Cultura Escolar; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

A compreensão dos processos educacionais do passado constitui elemento fundamental para a análise crítica das práticas pedagógicas contemporâneas e das estruturas sociais que as sustentam. No contexto da história da educação brasileira, as instituições de ensino secundário desempenharam papel crucial na formação das elites regionais, operando como mecanismos de reprodução social e cultural (Carvalho, 2003).

O Lyceu de Goyaz, posteriormente denominado Lyceu de Goiânia, após a transferência da capital para a cidade de Goiânia, em 1937, representa um caso paradigmático dessa dinâmica, constituindo-se como principal instituição de ensino secundário da província goiana, entre 1846 e as primeiras décadas do século XX. Sua análise permite compreender não apenas os mecanismos de formação dos alunos da instituição, mas também as estratégias de manutenção da ordem social conservadora em um período de intensas transformações políticas e sociais no Brasil.

Este estudo fundamenta-se teoricamente nos conceitos de cultura escolar desenvolvidos por Dominique Julia (2001), compreendida como “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 10).

A questão central que orientou esta investigação é: como se articulavam os dispositivos de poder disciplinar e as práticas conservadoras na construção da cultura escolar do Lyceu de Goyaz/Goiânia, entre 1931 e 1961? Derivam desta problemática os seguintes questionamentos: quais estratégias de normalização eram empregadas para formar a elite goiana? Como as práticas punitivas refletiam e reproduziam hierarquias sociais? De que modo a instituição resistia às transformações sociais do período? Qual o papel dos rituais escolares na legitimação da autoridade pedagógica?

O objetivo geral consiste em analisar as manifestações de conservadorismo e autoridade no Lyceu de Goyaz/Goiânia (1931-1961), identificando suas funções na reprodução social da elite goiana. Os objetivos específicos incluem: caracterizar a cultura escolar da instituição a partir da análise documental; identificar dispositivos disciplinares e práticas conservadoras; compreender os mecanismos de resistência a mudanças sociais; analisar o papel da instituição na formação e manutenção da elite regional.

O período delimitado (1931-1961) é estratégico por abranger: a implementação das reformas educacionais centralizadoras de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942); o processo de modernização urbana com a construção de Goiânia; as transformações políticas nacionais da Era Vargas, como democratização e desenvolvimentismo; e as tensões entre tradição oligárquica e pressões modernizadoras. Esta temporalidade permite analisar como uma instituição tradicional reagiu às pressões de mudança, mantendo sua função de formação humanista e propedêutica tradicional.

A relevância do estudo reside em sua contribuição para a História da Educação em Goiás. Ademais, oferece subsídios para compreender os processos de formação das elites brasileiras e os mecanismos educacionais de perpetuação de desigualdades sociais.

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter histórico-documental, fundamentada nos pressupostos da História da Educação. Utiliza-se a análise documental como procedimento principal, complementada pela análise de conteúdo categorial (Bardin, 2016) para sistematização dos achados.

A investigação privilegia a análise detalhada de episódios específicos para compreensão de processos sociais mais amplos. Essa abordagem permite captar as tensões e contradições presentes no cotidiano escolar, revelando aspectos nem sempre evidentes na documentação oficial.

O corpus documental compreende o Livro de Atas de Congregação de Professores (1931-1961), onde foram selecionadas 30 atas escolhidas por amostragem intencional. Os critérios de seleção das atas incluíram: presença de conflitos disciplinares; manifestações explícitas de autoridade; episódios envolvendo conservação da imagem institucional; distribuição temporal equilibrada no período estudado. A análise documental orientou-se pelas seguintes categorias temáticas: manifestações de autoridade: punições disciplinares, hierarquias institucionais, rituais de poder; práticas conservadoras: preservação da imagem institucional, resistência a críticas, manutenção de tradições; mecanismos de controle: vigilância sobre alunos e professores, censura e silenciamento, normalização de comportamentos.

Além disso, foi utilizado o Regulamento do Lyceu de Goyaz de 1926, com uma análise integral sobre a organização da instituição. Outros documentos foram necessários, como os Decretos das Reformas Francisco Campos Decreto n. 19.890 - de 18 de abril de 1931 e Capanema Decreto-Lei n. 4.245 de 9 de abril de 1942. O texto está dividido em três sessões, na primeira apresenta aspectos da história do liceu em Goiás, ressaltando a sua criação, caracterização institucional e transferência para a nova capital em 1937. Na segunda sessão há a definição do conceito de cultura escolar, que dá suporte para a análise das atas de congregação de professores da instituição. Na terceira sessão estão os pontos analisados das atas citadas, revelando aspectos de conservadorismo e autoridade no Lyceu.

CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

Fundado em 1846, o Lyceu de Goyaz constituiu-se como única instituição de ensino secundário da Província de Goyaz e do estado republicano até 1929², consolidando sua posição de formador de alunos desse tipo de ensino no local. A instituição operava dentro dos moldes do humanismo propedêutico inspirado na educação francesa, oferecendo ensino que preparava seus egressos para ocupar cargos públicos importantes e ingressar no ensino superior (Barros, 2017).

Com a criação de Goiânia, em 1933, e a transferência da capital, o Lyceu mudou-se para a nova cidade, em 1937, sendo, posteriormente, denominado Colégio Estadual de Goiás, em 1941, e Colégio Estadual de Goiânia em 1942. Entretanto, manteve-se a denominação popular de "Lyceu" devido à tradição institucional (Barros, 2017). Oficialmente passou a se chamar Lyceu de Goiânia nos anos de 1970.

As reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), introduziram mudanças significativas no ensino secundário nacional, estabelecendo maior centralização e controle estatal sobre as instituições. A Reforma Francisco Campos organizou o ensino secundário em cursos seriados, fundamental de 5 anos e complementar de 2 anos, enquanto a Reforma Capanema criou dois ciclos, ginasial de 4 anos e segundo ciclo de 3 anos, subdividido em clássico e científico (Brasil, 1932; 1932; 1942).

Estas reformas impactaram diretamente o Lyceu, que precisou adequar-se às novas exigências curriculares e administrativas, mantendo, contudo, suas características conservadoras fundamentais. O período revela tensão constante entre modernização educacional e preservação de tradições institucionais.

O Regulamento do Lyceu de Goyaz, promulgado em Goiás pelo Decreto n. 8.878 de 12 de janeiro de 1926, vigorou até 1955 e constitui documento fundamental para compreensão da cultura escolar institucional. Seus nove capítulos regulamentavam minuciosamente desde aspectos curriculares até questões disciplinares, revelando organização normativa característica de instituições conservadoras.

O regulamento evidencia a valorização da formação humanista, com predominância de disciplinas de línguas portuguesa e estrangeiras³. O ensino deveria ocorrer "de modo patriótico", selecionando-se "para os trabalhos orais, entre as produções literárias de autores nacionais, as que estiverem mais ao alcance ou que mais possam interessar aos alunos, para desenvolver os sentimentos de patriotismo e de civismo" (Goyaz, 1926).

CULTURA ESCOLAR EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

O conceito de cultura escolar, conforme desenvolvido por Dominique Julia, permite compreender a escola como espaço de produção de normas, práticas e representações específicas que transcendem a mera transmissão de conteúdos curriculares. Esta perspectiva revela que “[...] mais que nos tempos de calmaria, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (Julia, 2001, p. 19).

A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito? Poderíamos pensar que tudo acontece de outra forma com a escola, pois estamos habituados a ver, nesta, o lugar por excelência da escrita (Julia 2001, p. 15)

Ao se estudar a cultura escolar nos deparamos com dificuldades. De fato, haveria uma grande possibilidade de produzir estudos extremamente detalhados do cotidiano escolar de materiais como cadernos, livros didáticos e outras produções fossem armazenadas com mais rigor. Haveria também muitas possibilidades se uma maior quantidade de registros fossem feitas por parte do corpo docente. Porém, todos esses fatores não são determinantes para que estudos de qualidade se realizem dentro da área da cultura escolar. Mesmo que os registros sejam em sua grande maioria feitos em ocasiões especiais, sejam elas negativas ou positivas, é possível analisar e refletir sobre o ideário de determinada instituição. Ainda de acordo com Julia: “[...] mais que nos tempos de calmaria, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola (Julia, 2001, p. 19)”.

No campo educacional, o conservadorismo manifesta-se através da resistência a mudanças estruturais e da valorização de tradições que legitimam hierarquias sociais existentes.

A historiografia da educação brasileira tem demonstrado o papel central do ensino secundário na formação das elites nacionais. No período republicano, essas instituições assumiram função estratégica na legitimação da ordem social, promovendo a “regeneração” das elites através da educação (Barros; Carvalho, 2018, p. 194).

No contexto goiano, o Lyceu constituía-se como instituição diferenciadora, uma vez que “[...] mesmo não pertencendo à elite da cidade, as pessoas que conseguiam passar nos exames de seleção para o ingresso no Lyceu podem ser classificadas como elite, dado o número reduzido que representavam de pessoas instruídas na cidade” (Barros; Carvalho, 2018, p. 193).

As reflexões feitas a respeito da cultura escolar, tornam claras como o ideário da instituição educativa é influenciado pelas condutas. É correto afirmar que instituições que visavam condutas mais conservadoras teriam práticas, organizações e interações com teor mais conservador. Já escolas que tinham como parte de seu ideário outros aspectos, teriam ações diferentes das anteriores. Dallabrida em seu estudo referenda o que foi mencionado acima com dois objetos de estudo, sendo eles, o *Colégio Estadual Dias Velho* e o *Colégio público de Florianópolis*:

A cultura escolar colocada em prática nos cursos clássico e científico do Colégio Estadual Dias Velho foi marcada pela diversidade política, religiosa e cultural do seu corpo dirigente e docente – própria de um estabelecimento de ensino público e laico. Essa diversidade de visões de mundo dos professores contribuiu para uma formação escolar mais aberta, sem deixar de ser rigorosa e disciplinada. Desta maneira, os estudantes secundaristas do colégio público de Florianópolis, em geral, eram menos enquadrados e controlados do que os alunos dos colégios católicos. Esse estilo pedagógico mais solto e brando pode ser percebido nas estratégias de organização, transmissão e avaliação dos saberes e na inculcação de condutas. E também na organização do Grêmio Cultural Professor José Brasilício, em que as diretorias eram eleitas democraticamente e sem o controle permanente da direção da escola (Dalabrida, 2021 p. 187).

A figura do professor dentro deste sistema é marcada por assumir uma postura de resistência. É preciso lembrar que o docente não é apenas mero reprodutor de decretos estabelecidos nas reformas educacionais ou de expectativas impostas pela escola sob seu trabalho, mas sim um sujeito que poderia escolher quais atitudes adotaria para agir dentro de seu espaço educativo, como destacado por Julia (2001, p. 33):

[...] diante das disposições gerais atribuídas pela sociedade à escola, os professores dispõem de uma ampla liberdade de manobra: a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora. Mesmo se a corporação à qual pertence exerce uma pressão – quer se trate de visitantes de uma congregação, ou de inspetores de diversas ordens de ensino.

Não é precipitado dizer que as instituições ofertam a seu público um modelo educacional que corresponda ao que é esperado daquela população. Portanto, organizações escolares preocupadas em formar homens modelo investiriam em formas de trabalhar esses elementos almejados pela população, como foi o caso do Lyceu de Goyaz e de Goiânia, como poderemos observar em excertos das Atas de Congregação de professores.

DISPOSITIVOS DE AUTORIDADE E CONSERVADORISMO: AS ATAS DE CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES DO LYCEU DE GOYAZ E DO LYCEU DE GOIÂNIA

A análise das Atas de Congregação do Lyceu de Goyaz e do Lyceu de Goiânia de 1931 a 1961, revela sofisticado sistema de rituais destinados a marcar hierarquias e legitimar autoridade institucional. As reuniões de congregação constituíam-se como cerimônias de poder, onde se reafirmavam posições e se deliberava sobre destinos de estudantes e professores.

Na Ata da 109ª sessão de 3 de maio de 1946, observa-se o ritual de boas-vindas aos novos professores, ocasião em que o diretor aproveita para transmitir valores institucionais: “Cada professor deverá empregar todos os meios aconselháveis no sentido de impedir, ou pelo menos diminuir a algazarra dos alunos nos intervalos das aulas” (CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1946, p. 108 verso). Esta estratégia revela como momentos aparentemente festivos serviam para organização e estabelecimento de expectativas comportamentais.

O Lyceu em Goiás desenvolveu, assim como outras instituições de ensino secundário, um sistema punitivo que operava em múltiplas dimensões. As punições variavam desde advertências privadas até expulsão, aplicadas conforme critérios frequentemente subjetivos que dependiam da interpretação da autoridade dirigente.

A Ata da 26ª sessão, de 20 de setembro de 1933 ilustra exemplarmente este mecanismo. Um aluno da terceira série, foi acusado de publicar “[...] artigo altamente ofensivo à dignidade dos corpos docentes e administrativos do estabelecimento” no jornal *O Liberal*. A congregação mobilizou-se integralmente para definir “severa punição”, evidenciando como críticas públicas à instituição eram tratadas como ameaças à ordem estabelecida (Congregação de professores, 1933a, p. 104).

Similar episódio ocorreu em 1959, quando outro aluno publicou carta no jornal *O Popular* criticando irregularidades do estabelecimento. O estudante foi imediatamente rotulado como “elemento desajustado” e submetido a inquérito, tanto pela direção quanto pelo inspetor federal, resultando em suspensão de 15 dias e transferência compulsória (CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1959, p. 167 verso – 168 verso).

Uma dimensão fundamental do conservadorismo institucional manifestava-se através do controle obsessivo da imagem pública. A direção do Lyceu demonstrava preocupação constante com a reputação, interpretando qualquer crítica como ameaça à legitimidade da instituição.

Na Ata da 111ª sessão, de 14 de novembro de 1946, o diretor Agnelo Fleury Curado parabeniza os professores pela “boa ordem mantida durante todo ano letivo”, justificando que “estes índices escolares se revelam claramente nas circunstâncias de não ter havido, por parte da imprensa local ou por outro qualquer meio, a menor reclamação de censura do colégio” (Congregação de professores, 1946b, p. 120).

Esta lógica revela concepção de qualidade educacional baseada na ausência de críticas públicas, não na efetividade pedagógica. O silêncio da imprensa era interpretado como indicador de excelência, demonstrando como a instituição priorizava aparências sobre substância.

O sistema de vigilância estendia-se para além dos muros escolares, controlando comportamentos de professores e alunos em espaços públicos. A Ata da 128ª sessão, de 28 de fevereiro de 1955, registra advertência do diretor Antonio Henrique Péclat sobre “[...] comentários que se circulam a respeito da atitude de certos professores que fazem suas apreciações e comentários sobre as diversas atividades do colégio, nos corredores do mesmo estabelecimento, nos bares e nas ruas” (Congregação de professores, 1955, p. 149 verso-150).

Esta vigilância revelava a rede de informantes que monitorava comportamentos docentes em espaços privados, configurando sistema de controle totalitário que restringia a liberdade de expressão. A sugestão de que comentários fossem feitos apenas em reuniões oficiais visava canalizar críticas para espaços controlados pela direção.

Embora se apresentasse como instituição meritocrática, o Lyceu operava sistemas de privilégios baseados em origem social. A Ata da 112ª sessão, de 4 de fevereiro de 1947 registrou decisão de aceitar matrícula de filhos de militares na 3ª série ginásial, benefício não disponível para outros candidatos: “Em se tratando de um filho de militar, com residência forçada nessa capital ficou deliberado pelos Srs. Professores que deverá ser aceita a transferência desse aluno” (Congregação de professores, 1947a, p. 121 verso).

Este episódio evidencia como critérios sociais e político-institucionais sobrepujam-se a regras formalmente estabelecidas, revelando caráter aristocrático da instituição que reproduzia hierarquias sociais através de tratamento diferenciado.

O conservadorismo institucional manifestava-se por meio de perseguição a estudantes com orientações políticas divergentes. A Ata da 124ª sessão, de 22 de junho de 1952 registrou proposta de “[...] transferência ex-officio dos alunos comunistas”, posteriormente modificada para “[...] advertência severa aos alunos e a seus pais, ficando estabelecido então que ditos alunos serão transferidos na primeira falta disciplinar grave que cometerem” (Congregação de professores, 1952, p. 141 verso).

Esta decisão revela clima de perseguição política que antecede o golpe militar de 1964, mas seguindo a lógica de censura já adotada nos anos de 1930 a 1945, demonstrando como instituições educacionais participaram ativamente da repressão a ideologias consideradas subversivas. A extensão da punição aos pais evidencia caráter familiar da perseguição, típico de sociedades conservadoras.

As reuniões de Congregação do Lyceu constituíam rituais fundamentais para legitimação das decisões institucionais. Embora formalmente colegiadas, as decisões eram frequentemente predeterminadas pela direção, utilizando-se a participação docente para conferir aparência democrática a processos essencialmente autoritários.

A Ata da 131ª sessão, de 28 de maio de 1956, ilustra este mecanismo, quando professores ausentes enviaram representantes com poderes para “[...] deliberar e aprovar tudo que for tratado na reunião [...]”, evidenciando desinteresse pelo debate e confiança cega na direção. Esta prática revela cultura institucional de subordinação que transformava professores em executores de decisões superiores (Congregação de professores, 1956b, p. 159verso – 160).

A congregação operava como instância de construção de consensos conservadores, onde divergências eram sistematicamente desencorajadas. A unanimidade das decisões punitivas revela não ausência de conflitos, mas eficácia dos mecanismos de pressão social que inibiam manifestações discordantes.

O caso do Professor Alfredo Henrique Péclat, Ata da 130ª sessão, de 9 de março de 1956, demonstrou como a congregação podia também servir para reverter decisões consideradas excessivas. O diretor Padre Adolfo Sena “[...] rasgou a Portaria na presença de todos [...]”, sendo “[...] aprovado por todos que se levasse um voto pela atitude cristã de Pe. Sena”, revelando capacidade institucional de autocorreção, quando conveniente (Congregação de professores, 1956a, p. 158).

A análise das atas revela significativas ausências e silenciamentos que indicam censura sistemática. Episódios polêmicos são relatados de forma fragmentária, omitindo-se detalhes que poderiam comprometer a imagem institucional. Esta prática revela sistema de autocensura que protegia a instituição de futuras críticas.

Os conteúdos dos artigos críticos publicados por alunos não foram reproduzidos integralmente, impedindo avaliação independente da pertinência das críticas. Esta omissão revela estratégia deliberada de controle narrativo que preservava versão oficial dos fatos.

Apesar do rigoroso controle institucional, estudantes encontravam formas de resistir ao autoritarismo através de publicações em jornais locais. Os casos de 1933 e 1959, dos alunos que publicaram matérias nos jornais, demonstram persistência de vozes críticas que desafiavam a ordem estabelecida.

Estas manifestações eram sistematicamente interpretadas como “indisciplina” ou comportamento “desajustado”, revelando incapacidade institucional de lidar construtivamente com críticas. A resposta invariavelmente punitiva evidencia caráter defensivo de instituições conservadoras diante de questionamentos.

A análise revela tensões internas entre modernização e tradição, evidenciadas em episódios como as reivindicações salariais docentes. A Ata da 124ª sessão, de 22 de junho de 1952, registrou elaboração de memorial solicitando aumento salarial, imediatamente seguido de voto de louvor ao governador, demonstrando ambiguidade entre crítica e submissão.

Esta dinâmica revela como mesmo instituições conservadoras precisavam negociar com pressões modernizadoras, desenvolvendo estratégias de resistência seletiva que preservavam aspectos fundamentais enquanto faziam concessões periféricas.

O episódio final da 137ª sessão, de 19 de maio de 1961, demonstrou limites do controle institucional quando o próprio governador Mauro Borges Teixeira criticou o Lyceu, sugerindo “regime militar” e eliminação do “regime de protecionismo” (Congregação de professores, 1961, p. 173verso – 174). Esta crítica governamental revelou que, mesmo autoridades superiores, reconheciam a inadequação do modelo conservador diante das pressões modernizadoras dos anos 1960.

Os dados analisados confirmam que o Lyceu de Goyaz e o Lyceu de Goiânia operavam como instituição que mantinha um status de domínio sobre a sua cultura escolar, utilizando de situações disciplinares rigorosas para formar a elite goiana. A instituição não apenas transmitia conhecimentos técnicos, mas principalmente inculcava disposições conservadoras que garantiam perpetuação da ordem social estabelecida.

Esta função manifestava-se através de múltiplos mecanismos: seleção social através de exames rigorosos; socialização conservadora a partir de práticas disciplinares; legitimação cultural por meio do prestígio institucional; e controle ideológico com base em censura e punição.

O conservadorismo institucional revelou-se não como mera inércia, mas como estratégia consciente de resistência às pressões modernizadoras. A obsessão com a

manutenção da “boa imagem” demonstrava percepção clara de que mudanças sociais ameaçavam legitimidade da instituição.

Esta resistência manifestava-se através de práticas específicas: controle narrativo que protegia a instituição de críticas; vigilância que se estendia além do espaço escolar; punição exemplar de comportamentos desviantes; e construção de consensos conservadores através da congregação.

O período estudado revela tensão constante entre pressões modernizadoras e resistência conservadora. O Lyceu desenvolveu estratégias de manutenção do seu status de instituição formador de um grupo privilegiado, que incorporava mudanças formais como os novos currículos e regulamentos, mantendo estruturas fundamentais.

Esta dinâmica evidencia capacidade adaptativa de instituições conservadoras que conseguem sobreviver a mudanças sociais que preservam essências autoritárias. O processo revela sofisticação política de elites tradicionais em contextos de transição, caso comum no estado de Goiás, na primeira metade do século XX.

Nesse ínterim, esta pesquisa contribui para a História da Educação brasileira ao demonstrar como instituições regionais participaram da construção de identidades conservadoras e reprodução de desigualdades sociais. O caso goiano revela dinâmicas presentes em outras regiões.

A metodologia empregada demonstra potencial da análise de atas institucionais para compreensão de culturas escolares, revelando aspectos nem sempre evidentes em documentos oficiais. Esta abordagem pode inspirar pesquisas similares em outras instituições e períodos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação demonstrou que o Lyceu de Goyaz e de Goiânia, entre 1931 e 1961 constituíram-se com eficientes instituições de formação social da elite goiana, operando com base em dispositivos disciplinares que articulavam conservadorismo político e autoritarismo pedagógico. A instituição não apenas formava tecnicamente seus estudantes, mas principalmente inculcava disposições conservadoras necessárias à manutenção da ordem social estabelecida.

Os resultados confirmam as hipóteses iniciais, revelando que: o Lyceu utilizava práticas disciplinares para formar hábitos específicos da elite; o conservadorismo manifesta-se por intermédio de resistência sistemática a questionamentos e preservação de hierarquias tradicionais; os conflitos documentados revelam tensões entre modernização educacional e manutenção de privilégios da elite local.

A análise das Atas de Congregação revelou sistema de controle que operava a partir de múltiplas dimensões: rituais de poder que legitimavam hierarquias; sistemas punitivos que normalizavam comportamentos; vigilância que se estendia além do espaço escolar; e censura, protegendo a imagem institucional. Este conjunto de práticas configurava cultura escolar conservadora que resistia sistematicamente a mudanças sociais.

As contribuições desta pesquisa estendem-se para além da compreensão histórica específica, oferecendo elementos para reflexão sobre persistência de práticas autoritárias em instituições educacionais contemporâneas. A identificação de

mecanismos de reprodução social através da educação permanece relevante para análise crítica de sistemas educacionais atuais.

As limitações identificadas incluem concentração na perspectiva institucional oficial, ausência de documentos produzidos por estudantes e impossibilidade de acesso a fontes complementares. Pesquisas futuras poderão ampliar esta análise a partir de investigação de trajetórias de egressos; análise comparativa com outras instituições regionais; estudos sobre resistências estudantis; e exame de impactos na formação política local.

A agenda de pesquisa proposta visa aprofundar compreensão sobre formação de elites regionais e mecanismos educacionais de reprodução social, contribuindo para construção de sistemas educacionais mais democráticos e igualitários.

Artigo recebido em: 15/06/2025

Aprovado para publicação em: 11/03/2026

CONSERVATISM AND AUTHORITY AT LYCEU DE GOYAZ AND LYCEU DE GOIÂNIA (1931–1961): AN ANALYSIS OF SCHOOL CULTURE IN THE CONGREGATION MINUTES

ABSTRACT: This article investigates the manifestations of conservatism and authority at the Lyceu de Goyaz and the Lyceu de Goiânia between 1931 and 1961, through documentary analysis of the Faculty Assembly Minutes (Atas de Congregação de Professores) and the 1926 Regulations of the Lyceu de Goyaz. Grounded in Dominique Julia's (2001) concept of school culture, the study employs a qualitative documentary analysis methodology to examine how conservative and authoritarian practices shaped the education of the people of Goiás. The findings reveal that the Lyceu operated as an institution for the formation of a social group, deploying rigorous disciplinary mechanisms to uphold traditional hierarchies and preserve its institutional reputation. The identified practices include systematic censorship, punitive measures, and behavioral control that extended beyond the school walls, constituting an educational model oriented toward the perpetuation of the prevailing social order.

KEYWORDS: Education; History of Education; School Culture; Conservatism.

CONSERVADURISMO Y AUTORIDAD EN EL LYCEU DE GOYAZ Y EL LYCEU DE GOIÂNIA (1931-1961): UN ANÁLISIS DE LA CULTURA ESCOLAR EN LAS ACTAS DE CONGREGACIÓN

RESUMEN: Este artículo investiga las manifestaciones del conservadurismo y la autoridad en el Lyceu de Goyaz y en el Lyceu de Goiânia entre 1931 y 1961, mediante el análisis documental de las Actas de la Congregación de Profesores y Del Reglamento del Lyceu de Goyaz de 1926. Fundamentado en los conceptos de cultura escolar de Dominique Julia (2001), el estudio emplea una metodología cualitativa de análisis documental para comprender cómo las prácticas

SOUSA, A. V. B. de; BARROS, F.

conservadoras y autoritárias estruturaron la formación de los habitantes de Goiás. Los resultados revelan que el Lyceu operaba como institución de formación de un grupo social, valiéndose de rigurosos dispositivos disciplinarios para mantener jerarquías tradicionales y preservar su reputación institucional. Las prácticas identificadas incluyen la censura sistemática, los castigos y el control del comportamiento que se extendía más allá de los muros escolares, configurando un modelo educativo orientado a la perpetuación del orden social vigente.

PALABRAS CLAVE: Educación; Historia de la Educación; Cultura Escolar; Conservadurismo.

NOTAS

1- Este trabalho é fruto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

2-A partir de 1930 as iniciativas de interiorização do ensino secundário em Goiás proporcionaram a criação de outras instituições como o Ginásio Municipal de Silvânia, o Ginásio Municipal de Morrinhos e o Ginásio Municipal de Ipameri, entre outros. Essas instituições seguiam o modelo do Lyceu de Goyaz no início de suas atividades e cada uma foi, a seu modo, se estabelecendo na sua cidade.

3-Sobre este assunto Cf.: Barros; Gutierrez, 2023.

AGRADECIMENTO

Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Goiás e do projeto "O ensino secundário público de 1889 a 1961: um estudo documental do humanismo propedêutico financiado pelo estado brasileiro".

REFERÊNCIAS

BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos. Henrique de. OS EXAMES DE PREPARATÓRIOS E A RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO DE 1854 A 1910. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 3, p. 99-111, 15 dez. 2017. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/40198/pdf> Acesso em: 16 mar. 2026.

BARROS, Fernanda; CARVALHO, Carlos Henrique de. Higschool for the elite goiana: Lyceu de Goyaz 1906-1914/ O Ensino Secundário para as elites goianas: Lyceu de Goyaz 1906-1914 (Bilingual Edition). **Cadernos de História da Educação**, v. 17, n. 1, p. 177-197, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/42388/22164> Acesso em: 17 mar. 2026.

BARROS, Fernanda; GUTIERREZ, Laurent. Le Lycée e o Collegio de Pedro II: os funcionários e as matérias de ensino 1802-1838: LE PERSONNEL ET LES MATIÈRES D'ENSEIGNEMENT 1802-1838. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 27, 2023. Disponível

em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/128389>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Decreto n. 19.890 - de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 01 dez 2024.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.245 de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para execução da lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 dez 2024.

CARVALHO, José. Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goyaz, p. 104 verso - 105. 1933a.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goyaz, p.105 -106. 1933b.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goyaz, p. 108. 1934.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 118 – 118 verso. 1946a.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 120. 1946b.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 121 verso. 1947a.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 126 verso - 127. 1947b.

SOUSA, A. V. B. de; BARROS, F.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 139. 1950.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 141 verso – 142 verso. 1952.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 149 verso - 150. 1955.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 156 - 158. 1956a.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 159 verso - 160. 1956b.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 167 verso – 168 verso. 1959.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES, 1919 - 1962, Goiânia. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia**, Goiânia, Lyceu de Goiânia, p. 173 verso - 174. 1961. Ata da 26ª sessão, 20 de setembro de 1933, p. 104 verso-105.

CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES. **Livro de Atas de Congregações e Professores do Lyceu de Goyaz e Lyceu de Goiânia** (1919-1962). Goiânia: Arquivo do Lyceu de Goyaz.

DALLABRIDA, N. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 167-192, 2012.

GOYAZOIAS. Decreto nº 8.878, de 12 de janeiro de 1926. Dispõe sobre o novo regulamento do Lyceu de Goyaz. **Correio Oficial de Goyaz**, n.º 1.118 de 16/01/1926.. Arquivo Histórico Estadual de Goiás, AHEG, Goiânia, Brasil.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/c195e91b-ee3a-49cc-9893-6c5d49f8218c/content> Acesso em: 16 mar. 2026.

ANA VITORIA BATAGIN DE SOUZA: Especialização em andamento em Alfabetização e Letramento pelo Instituto FACUMINAS. Graduada em Pedagogia pela Universidade

Inter-Ação, Goiânia, v.51, n.1, p. 202-215, jan./abr. 2026. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v51i1.83156>>.

Federal de Goiás - UFG. Desde 2023, integra o grupo de pesquisa NepheGO - Núcleo de Estudos e Pesquisas em história da educação - Goiás.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5533-0821>

Email: anabatagin123@gmail.com

FERNANDA BARROS: Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás- FE/UFG e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás PPGE/FE/UFG. LÍDER DO NepheGO – Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – Goiás; Membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE; Membro do GT2– História da Educação da ANPED, coordenadora do Centro de Documentação e Memória da Faculdade de Educação – UFG; Centro de Documentação e Memória do Lyceu de Goiânia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2678-9591>

E-mail: ferbarros36@ufg.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).